



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Concurso Público

Técnico Judiciário - Área Administrativa

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 50 questões assim distribuídas:
 - Português: questões de nºs 01 a 20
 - Conhecimentos Específicos: questões de nºs 21 a 50Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2003

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue – um relato do crítico e escritor Antonio Candido.

Fazia frio em São Paulo

No dia 9 de novembro de 1943, os estudantes de Direito aqui de São Paulo fizeram contra a ditadura da época uma passeata de protesto, que foi dissolvida a bala pela polícia, com a morte de um rapaz, ferimento de vários outros e dezenas de prisões. Como a censura à imprensa e ao rádio era absoluta, resolvi mandar a amigos do Rio uma informação sobre os acontecimentos, a fim de desmascarar ao menos para algumas pessoas responsáveis as deformações previsíveis da versão oficial. Foi o que fiz com a ajuda de uma colega no fim daquela tarde, contando inclusive que o dia estava cinzento, frio, com vento e uma chuvinha ocasional. Tiramos várias cópias a máquina, em papel fino, e mandamos a gente com a qual estávamos ligados, remetendo também uma para Carlos Drummond de Andrade. Pensando na coisa, vejo agora que nunca soube se o relato chegou aos destinatários, mas tempos depois recebi de Drummond a cópia de um poema novo, "o medo", dedicado a mim e com epígrafe tirada de um artigo meu daquele ano - o que me encheu de um desvanecimento que se pode imaginar. Ora, lá aparecem uns versos que sempre supus alusivos ao relato dos acontecimentos daquela tarde de repressão violenta, embora nunca tenha me certificado a respeito com o autor:

*Refugiamo-nos no amor,
este célebre sentimento,
e o amor faltou: chovia,
ventava, fazia frio em S. Paulo.*

Fazia frio em S. Paulo...

Nevava.

(Antonio Candido, **Recortes**)

1. O acontecimento central desse relato é
- (A) uma passeata de protesto contra a ditadura, cujas trágicas conseqüências levaram o autor a enviar cópias de uma carta sua a companheiros do Rio.
 - (B) a presteza com que Drummond respondeu ao autor da carta, acusando o recebimento desta e manifestando sua solidariedade.
 - (C) a repercussão que a carta enviada por Antonio Candido alcançou no Rio de Janeiro, ao ser corajosamente divulgada pela imprensa carioca.
 - (D) a preocupação demonstrada por Drummond com os acontecimentos de São Paulo, dando divulgação à carta de Antonio Candido.
 - (E) a excepcional intensidade do frio da tarde de 9 de novembro de 1943, que acabou gerando graves incidentes entre estudantes e policiais.

2. Está coerente, clara e correta a nova redação dada a uma informação do texto:
- (A) Drummond me deixou desvanecido por lhe haver enviado uma carta a qual respondeu-me com um poema diretamente alusivo às palavras lá escritas.
 - (B) Numa bisarra coincidência, as palavras do poema de Drummond supunham parecer-se com os termos exatos da carta em que remeti ao poeta.
 - (C) Os estudantes de Direito aqui de São Paulo, a fim de se organizarem uma passeata, protestaram contra a ditadura, havendo um morto e vários feridos.
 - (D) Para evitar a censura à imprensa, resolvi copiar uma carta que enviara aos amigos do Rio, ainda que nunca viesse a saber se elas lhes chegaram.
 - (E) Foi tão marcante o frio daquela tarde violenta que dei notícia dele na minha carta de denúncia, de que fiz várias cópias para enviar a conhecidos do Rio.
3. A seguinte frase está plenamente de acordo com as normas de concordância verbal:
- (A) No poema de Drummond parece repetir-se alguns termos do artigo do autor.
 - (B) O autor e uma colega sua incumbiu-se de enviar uma carta aos amigos do Rio.
 - (C) Na passeata dos estudantes manifestavam-se protestos contra a ditadura.
 - (D) Eram de se esperar que houvessem deturpações dos fatos no noticiário oficial.
 - (E) Depois de ser feito várias cópias, enviei-as aos amigos do Rio.
4. Entre os fatos dados como certos, nesse relato, está a informação de que
- (A) apenas Drummond recebeu uma cópia da carta que denunciava a repressão.
 - (B) Drummond enviou a Antonio Candido a cópia de um poema inédito.
 - (C) os versos do poema de Drummond aludiam à carta de Antonio Candido.
 - (D) Drummond ficou desvanecido ao receber as notícias de S. Paulo.
 - (E) todos os destinatários do Rio receberam a carta do escritor paulista.
5. A alternativa em que se traduz corretamente uma expressão do texto é:
- (A) *me encheu de um desvanecimento* = me deixou plenamente envaidecido.
 - (B) *supus alusivos ao relato dos acontecimentos* = deduzi que nada tinham a ver com os eventos relatados.
 - (C) *uma passeata (...) foi dissolvida a bala* = uma manifestação foi confinada pelos policiais.
 - (D) *a censura à imprensa e ao rádio era absoluta* = as recriminações da imprensa e do rádio eram enérgicas.
 - (E) *uma chuvinha ocasional* = um chuvisco oportuno.

6. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:
- (A) A compreensão dos fatos só foi possível porque algumas pessoas propuzeram-se a relatá-los tal como ocorreram.
 - (B) A repreção da polícia acabou por ocasionar a morte de um estudante e ferimento em vários jovens.
 - (C) O autor sentiu-se honrado com o privilégio de ter sido homenageado pelo grande poeta.
 - (D) Nos versos transcrevidos na cronica, há aluzão ao frio que fazia naquela tarde paulistana.
 - (E) O autor supoz que nos versos de Drummond havia referência a termos utilizados num artigo.

7. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:
- (A) A epígrafe Drummond se valeu em seu poema foi tirada de um artigo.
 - (B) Foi providencial a ajuda..... uma colega ofereceu ao autor.
 - (C) As versões oficiais, nunca inspiram confiança, distorcem os fatos.
 - (D) Muita gente preferiria prevalecesse a versão oficial.
 - (E) A passeata o autor se refere foi dissolvida a bala.

8. Transpondo-se para a voz ativa a frase *A passeata foi dissolvida a bala pela polícia*, a forma verbal resultante será
- (A) tinha dissolvido.
 - (B) dissolveu.
 - (C) tinha sido dissolvida.
 - (D) dissolveu-se.
 - (E) dissolveram.

9. Por equívoco na flexão, é preciso **corrigir** a forma verbal sublinhada na frase:
- (A) Viu-se que muita gente soubera dos fatos pelas cartas enviadas de São Paulo.
 - (B) Ainda bem que os policiais não apreenderam as cópias das cartas.
 - (C) Muitas pessoas não se abstiveram de protestar contra a ditadura da época.
 - (D) Muitas pessoas do Rio obteram cópias das cartas do pessoal de São Paulo.
 - (E) Outros leitores supuseram que no poema repercutiam as palavras do artigo.

10. Antonio Candido escreveu uma carta, fez cópias da carta e enviou as cópias a amigos do Rio.
- Substituem de modo correto os termos sublinhados na frase acima, respectivamente,
- (A) destas - enviou-as
 - (B) daquela - os enviou
 - (C) da mesma - enviou-lhes
 - (D) delas - lhes enviou
 - (E) dela - as enviou

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Denuncismo e sensacionalismo

Walter Ceneviva, advogado e jornalista, fará palestra sobre o tema "Dois 'ismos' perigosos: denunciismo e sensacionalismo", no seminário Internacional promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Ceneviva avalia que a imprensa investigativa tem cumprido bem o seu papel, mas há excessos a serem eliminados, principalmente quando se trata de preservar a dignidade de inocentes. "Seria injusto ignorar, porém, que muitas notícias são fornecidas deliberadamente por autoridades em busca de notoriedade, sobretudo da Polícia e do Ministério Público, às vezes em intercâmbio espúrio de favores com o mau jornalismo", critica o advogado.

Ceneviva considera que a liberdade de imprensa é essencial para a democracia e, portanto, não deve ser restringida. Mas ele defende a punição por excessos cometidos, condenando a veiculação indiscriminada da violência pela mídia, que pode ser um fator de estímulo à criminalidade. "Programas que pregam a punição violenta de acusados, expondo situações degradantes, antes da condenação final, são outro mal a ser evitado", opina.

(Revista **Consultor Jurídico**, 04/11/02)

11. De acordo com o texto, Walter Ceneviva acredita que
- (A) os acusados por crimes violentos merecem a humilhação pública.
 - (B) as autoridades do sistema judiciário não compactuam com o mau jornalismo.
 - (C) a imprensa não deve ser investigativa, já que essa não é função sua.
 - (D) a censura da imprensa é um caminho para o fortalecimento da democracia.
 - (E) os excessos cometidos pela mídia não podem ficar impunes.

12. Os dois "ismos" a que se refere Walter Ceneviva constituem
- (A) dois excessos que têm marcado a atuação dos nossos legisladores.
 - (B) duas características que devem marcar o bom jornalismo televisivo.
 - (C) dois excessos que devem ser evitados pela imprensa investigativa.
 - (D) duas características que precisam ser intensificadas na ação da mídia.
 - (E) duas virtudes que não devem ser expurgadas da imprensa responsável.

<p>13. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) No anunciado Seminário, que contará com a participação de Walter Ceneviva, um dos temas oferecidos a debate será o que diz respeito ao sensacionalismo da imprensa.</p> <p>(B) No anunciado Seminário que contará com a participação de Walter Ceneviva, um dos temas oferecidos a debate, será o que diz respeito ao sensacionalismo da imprensa.</p> <p>(C) No anunciado Seminário que contará com a participação de Walter Ceneviva um dos temas, oferecidos a debate, será o que diz respeito: ao sensacionalismo da imprensa.</p> <p>(D) No anunciado Seminário, que contará com a participação de Walter Ceneviva um dos temas, oferecidos a debate será: o que diz respeito ao sensacionalismo da imprensa.</p> <p>(E) No anunciado Seminário, que contará com a participação, de Walter Ceneviva, um dos temas oferecidos a debate, será o que diz respeito - ao sensacionalismo da imprensa.</p>	<p>16. É preciso corrigir a forma sublinhada na frase:</p> <p>(A) <u>Tanto</u> os bons quanto os maus jornalistas ganharão se forem ao Seminário.</p> <p>(B) As pessoas ficam <u>meia</u> confusas diante dos excessos da imprensa.</p> <p>(C) As <u>meias</u> verdades são às vezes mais perigosas que as mentiras completas.</p> <p>(D) As autoridades ficam <u>meio</u> atrapalhadas quando expostas à opinião pública.</p> <p>(E) Por muito <u>menos</u> razões, as pessoas pobres sofrem severas punições.</p>
<p>14. O verbo indicado entre parênteses adotará, obrigatoriamente, uma forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) A punição dos abusos (CORRIGIR) essa onda de exageros da imprensa.</p> <p>(B) É degradante a situação a que se (EXPOR) alguns suspeitos.</p> <p>(C) É difícil saber qual dos dois "ismos" a que se refere Ceneviva (TRAZER) piores conseqüências.</p> <p>(D) Entre os excessos a serem eliminados (ESTAR) o sensacionalismo da imprensa.</p> <p>(E) Em busca de notoriedade, há sempre gente que..... (FAZER) o jogo da má imprensa.</p>	<p>17. Outra forma clara e correta de se dizer <i>Ceneviva avalia que a imprensa investigativa tem cumprido bem o seu papel</i> está representada na seguinte frase:</p> <p>(A) A imprensa investigativa tem exercido bem sua função, na avaliação de Ceneviva.</p> <p>(B) Ao avaliar Ceneviva, a imprensa investigativa parece desempenhar o papel que lhe cabe.</p> <p>(C) Apesar da avaliação de Ceneviva, a imprensa investigativa tem exercido bem sua função.</p> <p>(D) Ceneviva calcula que a imprensa deve investigar-se de modo a cumprir bem seu papel.</p> <p>(E) Na avaliação que faz, a imprensa investigativa julga Ceneviva, está cumprindo bem o seu papel.</p>
<p>15. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O Seminário Internacional constará da presença de Ceneviva, cujo o tema da palestra envolve os dois "ismos" que ele considera perigosos.</p> <p>(B) O advogado e jornalista aprova que a imprensa opinativa cumpra bem o papel que ela se destina, desde que se evite cometer os excessos atuais.</p> <p>(C) Como advogado e jornalista, Ceneviva convive nos dois lados da imprensa e do sistema judiciário, onde critica os desmandos a que ambos cometem.</p> <p>(D) Longe de pretender restringir a liberdade de imprensa, Ceneviva busca corrigir os excessos da mídia na veiculação indiscriminada da violência.</p> <p>(E) É nas situações degradantes de certos programas em que se pregam a punição de acusados antes de ser finalmente condenados, opina ele.</p>	<p>18. Estão corretos o emprego e a forma do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) A maior parte da imprensa não vê <u>porquê</u> colaborar.</p> <p>(B) É pela ânsia de notoriedade <u>onde</u> se cometem esses excessos.</p> <p>(C) Será que todos os jornalistas estão <u>afins</u> de evitar esses excessos?</p> <p>(D) Ceneviva dispõe-se a analisar o <u>por que</u> desses excessos.</p> <p>(E) <u>Por que</u> haveria esse intercâmbio espúrio de favores?</p> <p>19. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O advogado <u>cujo</u> é muito conhecido desenvolverá um tema polêmico.</p> <p>(B) É preciso distinguir os bons jornalistas com <u>àqueles</u> que só querem a fama.</p> <p>(C) Deverá despertar polêmica a palestra <u>cujo</u> tema dá título ao texto.</p> <p>(D) O papel <u>de que</u> a imprensa deve exercer é o de informar com isenção.</p> <p>(E) As pessoas <u>cuja a</u> conduta é honesta nada têm a temer.</p> <p>20. Está correta a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Os excessos só seriam evitados no caso de que todos se comprometem em agir honestamente.</p> <p>(B) Seria profundamente injusto se todo e qualquer suspeito seja condenado sem direito a julgamento.</p> <p>(C) Uma vez terminada a palestra que fará, Ceneviva teria passado a debater com os espectadores.</p> <p>(D) Tão logo termine a palestra, Ceneviva estará à disposição para eventuais debates.</p> <p>(E) Será preciso que todos se comportem democraticamente para que se evitassem os excessos.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Administração Pública executar seus próprios atos, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, é

- (A) compatível com o regime constitucional brasileiro e corresponde ao atributo dos atos administrativos dito auto-executoriedade.
- (B) compatível com o regime constitucional brasileiro e corresponde ao atributo dos atos administrativos dito presunção de veracidade.
- (C) incompatível com o regime constitucional brasileiro, por violar a garantia de acesso ao Judiciário.
- (D) incompatível com o regime constitucional brasileiro, por violar o princípio da igualdade.
- (E) compatível com o regime constitucional brasileiro e corresponde ao atributo dos atos administrativos dito imperatividade.

22. A apreciação, pelo Poder Judiciário, da legalidade de um ato administrativo

- (A) é possível se se tratar de ato discricionário, mas não se se tratar de ato vinculado.
- (B) é possível, tanto para ato vinculado, como para ato discricionário, desde que provocada pela própria Administração.
- (C) não é possível, nem para ato vinculado, nem para ato discricionário.
- (D) é possível, tanto para ato vinculado, como para ato discricionário.
- (E) é possível se se tratar de ato vinculado, mas não se se tratar de ato discricionário.

Atenção: Para responder às questões de números 23 a 26 considere o regime da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

23. As licitações para a contratação de uma obra orçada em R\$ 300 000,00 e de uma compra orçada em R\$ 800 000,00 poderão ocorrer, respectivamente, sob as modalidades

- (A) convite e concorrência.
- (B) convite e tomada de preços.
- (C) concorrência e concorrência.
- (D) tomada de preços e tomada de preços.
- (E) concorrência e tomada de preços.

24. Se, em uma concorrência, todos os licitantes forem inabilitados, a Administração

- (A) poderá imediatamente passar todos os licitantes à próxima fase da licitação, julgando suas propostas comerciais.
- (B) poderá alterar as exigências do edital, que levaram às inabilitações, considerando todos os licitantes habilitados.
- (C) terá de considerar a licitação como deserta e iniciar nova licitação.
- (D) terá de considerar a licitação como fracassada e iniciar nova licitação.
- (E) poderá conceder mais prazo para que todos os licitantes apresentem nova documentação.

25. NÃO cabe à Administração, nos contratos administrativos,

- (A) aplicar sanções por sua inexecução total ou parcial.
- (B) confiscar bens do contratado, no caso de sua inexecução total.
- (C) alterá-los unilateralmente.
- (D) rescindi-los unilateralmente.
- (E) fiscalizar-lhes a execução.

26. O contrato verbal com a Administração é

- (A) válido se precedido por licitação na modalidade tomada de preços.
- (B) válido se precedido por licitação na modalidade convite.
- (C) nulo em qualquer hipótese.
- (D) válido se realizado nos casos de inexigibilidade de licitação.
- (E) válido para pequenas compras de pronto pagamento.

Atenção: Para responder às questões de números 27 a 32 considere a Lei nº 8.112/90 e suas alterações.

27. NÃO é forma de provimento do cargo público

- (A) a recondução.
- (B) a exoneração.
- (C) a promoção.
- (D) a nomeação.
- (E) o aproveitamento.

28. Sabe-se que **vencimento** é a remuneração pecuniária pelo exercício de cargo público; e que **remuneração** é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias permanentes. A Lei assegura que nenhum servidor receberá importância inferior ao salário mínimo a título de

- (A) vantagens pecuniárias não permanentes.
- (B) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas individualmente.
- (C) vencimento.
- (D) remuneração, independentemente do valor do vencimento.
- (E) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas em sua soma.

29. O retorno à atividade de um servidor aposentado, que ocupava cargo efetivo,

- (A) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama reversão.
- (B) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama readaptação.
- (C) não é legalmente possível.
- (D) somente pode ocorrer por meio de novo concurso público.
- (E) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama reintegração.

<p>30. Um servidor que já seja médico de um hospital público estadual e professor de uma escola pública municipal, sendo remunerado por ambos os cargos,</p> <p>(A) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de médico em hospital municipal.</p> <p>(B) não poderá ocupar remuneradamente mais nenhum cargo público, seja federal, estadual ou municipal, mesmo que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(C) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de professor em universidade federal.</p> <p>(D) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de médico em hospital federal.</p> <p>(E) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de professor em escola estadual.</p>	<p>34. Se apurada irregularidade em contrato celebrado por órgão da Administração pública federal, deverá o Tribunal de Contas</p> <p>(A) encaminhar relatório circunstanciado ao Poder Judiciário, para que este tome as medidas cabíveis.</p> <p>(B) representar ao poder competente sobre a irregularidade apurada.</p> <p>(C) determinar a sustação do contrato e solicitar ao Poder Executivo a tomada das medidas cabíveis.</p> <p>(D) anular o contrato e imputar multa aos que julgar responsáveis pela irregularidade.</p> <p>(E) promover a responsabilização cível e criminal, perante o Poder Judiciário, daqueles que celebraram o contrato.</p>
<p>31. Um servidor público foi submetido a um processo administrativo disciplinar e recebeu a pena de advertência. Passados dois anos, o servidor pediu a revisão do processo, alegando fatos novos. O processo foi revisto e a penalidade modificada para suspensão. A situação assim descrita está</p> <p>(A) em desacordo com a Lei porque não é possível que se aleguem fatos novos no pedido de revisão.</p> <p>(B) em desacordo com a Lei porque não existe a possibilidade de pedido administrativo de revisão do processo.</p> <p>(C) de acordo com a Lei.</p> <p>(D) em desacordo com a Lei porque a penalidade foi modificada de advertência para suspensão.</p> <p>(E) em desacordo com a Lei no que diz respeito ao prazo do pedido de revisão.</p>	<p>35. Possui iniciativa para proposta de emenda à Constituição Federal</p> <p>(A) qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) um terço dos membros do Senado Federal.</p> <p>(D) um quinto das Assembléias Legislativas das unidades da Federação.</p> <p>(E) um por cento do eleitorado nacional, distribuído por cinco Estados.</p>
<p>32. Para que o servidor público, que tenha ingressado em cargo efetivo, adquira direito a férias, deve observar um período de 12 meses</p> <p>(A) de exercício.</p> <p>(B) a contar do término do estágio probatório.</p> <p>(C) que se inicia com a aprovação no concurso público.</p> <p>(D) contado da nomeação.</p> <p>(E) cujo termo inicial é a posse.</p>	<p>36. É função institucional do Ministério Público</p> <p>(A) ajuizar, privativamente, ação penal privada.</p> <p>(B) exercer o controle externo da magistratura federal.</p> <p>(C) promover a ação popular, na forma da Lei.</p> <p>(D) prestar consultoria jurídica à União e às suas autarquias.</p> <p>(E) promover a defesa judicial de interesses difusos e coletivos.</p>
<p>33. Aos brasileiros naturalizados, é vedado</p> <p>(A) exercer o direito de voto.</p> <p>(B) candidatar-se ao cargo de Senador.</p> <p>(C) ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) filiar-se a partido político.</p> <p>(E) ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados.</p>	<p>37. Um quinto dos magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho deverá ser</p> <p>(A) nomeado pelo Presidente do respectivo Tribunal, a partir de lista tríplice elaborada pelo Presidente da República.</p> <p>(B) escolhido entre juízes de carreira, a partir de lista sêxtupla elaborada pelo Presidente do respectivo Tribunal.</p> <p>(C) nomeado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) escolhido entre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(E) composto de juízes classistas, indicados pelos sindicatos com base territorial na Região.</p> <p>38. Compete ao Supremo Tribunal Federal</p> <p>(A) julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.</p> <p>(B) processar e julgar, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(C) uniformizar a interpretação da legislação federal.</p> <p>(D) processar e julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.</p> <p>(E) julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais dos Estados.</p>

<p>39. O Senado Federal é composto de</p> <p>(A) representantes das unidades da Federação, num mínimo de 8 e máximo de 70 por Estado.</p> <p>(B) representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário.</p> <p>(C) representantes do povo, eleitos para um mandato de 8 anos.</p> <p>(D) 81 Senadores, eleitos para um mandato de 4 anos.</p> <p>(E) um número de Senadores fixado em lei complementar, proporcional à população dos Estados.</p>	<p>45. As normas de funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito do Sindicato serão definidas em</p> <p>(A) estatuto do Sindicato.</p> <p>(B) regulamento da empresa.</p> <p>(C) lei ordinária.</p> <p>(D) sentença normativa.</p> <p>(E) convenção ou acordo coletivo.</p>
<p>40. A falta de norma regulamentadora de prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania pode ser corrigida por meio de</p> <p>(A) <i>habeas data</i>.</p> <p>(B) ação popular.</p> <p>(C) mandado de injunção.</p> <p>(D) mandado de segurança.</p> <p>(E) <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>46. No município que NÃO estiver compreendido na jurisdição das Varas do Trabalho, as reclamações trabalhistas serão propostas perante</p> <p>(A) o Juízo de Direito.</p> <p>(B) o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(C) a Vara do Trabalho da Comarca mais próxima.</p> <p>(D) a Vara do Trabalho da Capital do Estado.</p> <p>(E) o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p>
<p>41. É permitido entrar na residência de alguém, à noite, independentemente do consentimento do morador</p> <p>(A) por determinação da autoridade municipal competente.</p> <p>(B) para qualquer fim, mediante autorização judicial.</p> <p>(C) para fins de investigação criminal.</p> <p>(D) em caso de flagrante delito.</p> <p>(E) para condução forçada de testemunha.</p>	<p>47. Um empregado que trabalha de segunda-feira a sexta-feira das 8 às 17h com uma hora de intervalo para refeição e descanso e, no sábado, trabalha das 8 às 13h, sem intervalo, quantas horas extras trabalha por semana?</p> <p>(A) 3 horas extras.</p> <p>(B) 4 horas extras.</p> <p>(C) Nenhuma hora extra.</p> <p>(D) 1 hora extra.</p> <p>(E) 2 horas extras.</p>
<p>42. A vitaliciedade dos magistrados de primeiro grau será adquirida</p> <p>(A) mediante sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(B) por motivo de interesse público, na forma da Lei.</p> <p>(C) por deliberação do Tribunal a que estiver vinculado o juiz.</p> <p>(D) no momento do ingresso na carreira.</p> <p>(E) após 2 anos de exercício da função.</p>	<p>48. Ao ajustar o salário de uma costureira que recebe por peça produzida, o empregador deverá garantir remuneração</p> <p>(A) semanal correspondente a 1/4 do salário mínimo.</p> <p>(B) nunca inferior a 30% do salário mínimo.</p> <p>(C) diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal de trabalho.</p> <p>(D) correspondente ao número de peças produzidas, ainda que inferior ao salário mínimo diário.</p> <p>(E) mensal igual ao salário mínimo, independentemente do número de peças produzidas.</p>
<p>43. NÃO há relação de emprego entre</p> <p>(A) a instituição sem fins lucrativos e a respectiva secretária.</p> <p>(B) a igreja e o respectivo encarregado de serviços gerais.</p> <p>(C) a dona de casa e a empregada doméstica.</p> <p>(D) a instituição de beneficência e o voluntário.</p> <p>(E) o titular de Cartório não oficializado e o serventuário.</p>	<p>49. Após 12 meses de trabalho, e desde que não tenha faltado ao serviço mais de 5 vezes, o empregado terá direito a um período de</p> <p>(A) 30 dias de férias, podendo converter 1/2 do período em abono pecuniário.</p> <p>(B) 30 dias de férias que deverão ser gozadas integralmente e de uma só vez.</p> <p>(C) 20 dias úteis de férias, podendo converter 1/4 do período em abono pecuniário.</p> <p>(D) 24 dias úteis de férias, podendo converter 1/3 do período em abono pecuniário.</p> <p>(E) 30 dias de férias, podendo converter 1/3 do período em abono pecuniário.</p>
<p>44. O empregador NÃO deve efetuar, na Carteira de Trabalho do empregado, as anotações relativas a:</p> <p>(A) gozo de férias.</p> <p>(B) motivos do despedimento.</p> <p>(C) data de admissão.</p> <p>(D) salário e estimativa da gorjeta.</p> <p>(E) alterações no estado civil.</p>	<p>50. Tendo celebrado contrato de experiência escrito com um empregado, a empresa</p> <p>(A) deverá proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado no prazo de 48 horas.</p> <p>(B) deverá proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado apenas se o contrato passar a vigorar por prazo indeterminado.</p> <p>(C) está dispensada de proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado.</p> <p>(D) poderá, se quiser, proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado.</p> <p>(E) deverá proceder às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado apenas se houver prorrogação do contrato.</p>